



**Ministério Público**  
do Estado do Amapá  
Procuradoria-Geral de Justiça

---

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2017**

---

---

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017**

**PROCESSO Nº 10331/2017-MPAP**

**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos oito dias do mês de setembro do ano de 2017, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ** da Procuradoria Geral de Justiça – Promotor Haroldo Franco, sito a Rua do Araxá, s/n, Bairro do Araxá, Macapá-AP, neste ato representado pela Secretária-Geral MP/AP, Dra. Ivana Lúcia Franco Cei, nos termos das Leis nºs. 8666/93, 10.520/02, e dos Decretos nºs. 3.555/00, 3.784/01 e 7892/13, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº **013/2017**, conforme Ata de Julgamento de Preços, homologada pela Secretária-Geral às fls. 357 do processo acima referenciado, **RESOLVE** registrar os preços para eventual **fornecimento de Material de Consumo** ao Ministério Público do Estado do Amapá, conforme especificados nos anexos, os quais passam a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º lugar para os lotes seguintes, como segue:

Lotes nºs: **03 e 06.**

Empresa Classificada:

**A. R. GOIS - ME**, CNPJ: 14.573.661/0001-10, sito a Alameda Oiapoque, 07 - Quadra - F, Cj. Cabralzinho - Bairro Alvorada - Macapá -AP, CEP-68.906-848.

#### **CLÁUSULA I – DO OBJETO**

Registro de preços para o eventual **fornecimento de Material de Consumo ao Ministério Público do Estado do Amapá especificados no anexo desta ATA**, e demais especificações conforme anexo I do Edital.

#### **CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

2.2 O preço registrado na Ata de Registro de Preços é irrevogável pelo período de validade.

2.3. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MP/AP não será obrigado a adquirir os materiais referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por intermédio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos aos beneficiários do registro, neste último caso, o contraditório e a ampla defesa.



**Ministério Público**  
do Estado do Amapá  
Procuradoria-Geral de Justiça

2.4. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

### **CLÁUSULA III – DAS PENALIDADES**

3.1 Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

b.1 – 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

b.2 – 0,6% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3.2 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 3.1. poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

3.4 As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/97.

3.5. Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" do item 3.1 poderão ser interpostos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

3.6 No caso das penalidades previstas no item 3.1, alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 10(dez) dias úteis a contar da intimação do ato.



#### CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por outros Órgãos, desde que autorizados pelo Ministério Público do Estado do Amapá, desde que não altere o objeto e devidamente comprovada a vantagem, observadas as exigências contidas no Decreto nº 7.892/2013.

4.2. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 013/2017.

4.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 013/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 013/2017, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integra.

4.5. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 06 (seis) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso, oriundo de legislação.

4.6. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado.

4.7. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a MP/AP convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.8. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o MP/AP poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento. Neste caso o MP/AP poderá convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.9 O Órgão ou Entidade da Administração Pública interessada em utilizar-se desta ATA, deverão manifestar-se junto ao Gerenciador da Ata, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, desde que atenda ao disposto no §5º do Artigo 22 do Decreto nº 7.892/13.

4.10. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

4.11. Os órgãos gerenciador, participantes e não participantes para a utilização da Ata de Registro de Preços deverão obedecer às previsões do Decreto nº 7.892/13, do Edital e seus anexos.





## **CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

5.1. Conforme o Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2. A cada fornecimento, o prazo de entrega será acordado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 30 dias corridos da retirada da Nota de Empenho, sob pena das sanções previstas, salvo prazo estipulado no Termo de Referência e Anexos do Edital.

## **CLÁUSULA VI – DO RECEBIMENTO**

6.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações; e

6.2. Definitivamente, no prazo máximo de 10 dias consecutivos contados a partir do recebimento provisório – após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

6.3. Todos os itens deverão possuir qualidade mínima que viabilize seu perfeito e completo uso no Ministério Público do Amapá.

6.4. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei Federal n.º 8.666/93, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverão ser recebidas contemporaneamente ao fato que a ensejar, salvo o disposto no Decreto nº 7892/2013.

## **CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 20º (vigésimo) dia útil após o previsto no item “6.2”, da cláusula VI desta ATA de registro de preços, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, em conformidade com o item 11.1 deste termo.

7.2. A respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome do Ministério Público do Estado do Amapá, CNPJ n.º 34.869.354/0001-99, e acompanhada dos comprovantes de recolhimento do INSS e do FGTS;

7.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

## **CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO**

8.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, pelo setor competente do Ministério Público do Estado do Amapá.



8.2. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor competente do Ministério Público do Estado do Amapá.

#### **CLÁUSULA IX – DA GARANTIA**

9.1. O objeto contratado deverá possuir a garantia conforme o disposto no Termo de Referência, a partir do recebimento definitivo, ou outra maior declarada na proposta;

#### **CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Conforme o Termo de Referência anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA XI – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO**

11.1. A fiscalização do contrato e o recebimento dos materiais estão a cargo do Fiscal conforme designação da Administração do MPAP, o qual deverá também atestar as faturas/notas fiscais.

#### **CLÁUSULA XII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Proceder ao pagamento dos materiais entregues, conferidos e aceitos e gerenciar e fiscalizar o contrato.

#### **CLÁUSULA XIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

13.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

13.1.1 - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

13.1.2 - não retirar a respectiva Nota de Empenho, no prazo estabelecido pelo Ministério Público do Estado do Amapá, sem justificativa aceitável;

13.1.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.1.4 - tiver presentes razões de interesse público.

13.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do MPEA.

13.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

13.4. O cancelamento será feito automaticamente:

13.4.1 – por decurso de prazo de vigência da ATA;

13.4.2 – quando não restarem fornecedores registrados.

13.5. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Ministério Público do Estado do Amapá fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores a nova ordem de registro.

#### **CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**





14.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão nº 013/2017 e seus anexos, a proposta da empresa: **A. R. GOIS - ME**, classificada em 1º lugar no certame supra numerado para os lotes: 03 e 06.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e dos Decretos nºs 3.555/ 2000, 7892/13, 3.784/2001 e demais normas aplicáveis.

14.3. As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo foro de Macapá-AP, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento com 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Macapá-AP, 8 de setembro de 2017.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**Dra. Ivana Lúcia Franco Cei**  
Promotora de Justiça/Secretária-Geral MP/AP

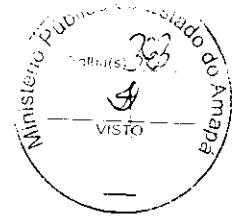
**A. R. GOIS - ME**  
CNPJ: 14.573.661/0001-10  
Proprietário: **ANTONIO ROGÉRIO MOREIRA GOIS**  
RG: 211.081 2V PTC/AP  
CPF: 264.050.242-53

**Testemunhas:**

1ª Wagner André de Araújo C.I. nº: 2843786-5489 CPF nº: 637.160.082.04

2ª Wagner Correia de Jesus C.I. nº: 1453885-60 CPF nº: 212.04184.2-15

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ  
ANEXO I - RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS N.º 030/2017



No dia 08 de setembro de 2017, no Ministério Público do Estado do Amapá, registram-se os preços da empresa A. R. GOIS - ME para eventual FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ao Ministério Público do Estado do Amapá, conforme descrito no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 013/2017 para Sistema de Registro de Preços. As especificações constantes no processo administrativo MPEA n.º 10331/2017, assim como os termos da proposta, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

Este Registro de Preços tem a vigência de 12 meses, até 07 de setembro de 2018.

Descrição Resumida	Unid.	Qtd	Preço Unit.
Lote/Item		Registrada	Registrado
		Mbits/s	

3/1 Café em pó torrado e moido de 1ª qualidade, empacotado a vácuo, acondicionado em caixa com 20 pacotes de 250g, com prazo de validade de 01 (um) ano, a partir da entrega pelo fornecedor com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem e na caixa marca de referência Puro Marata. MARCA: PURO MARATÁ

PCT. 9.500 R\$ 4,08

6/1 Água mineral sem gás, em garrafa de 1.500ml, embalado em pacotes com 06 (seis) garrafas. MARCA: ANDINA

PCT. 8.490 R\$ 8,23

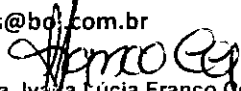
Fornecedor A. R. GOIS - ME

C.N.P.J: 14.573.661/0001-10

Endereço: Alameda Oiapoque, 07 - Quadra - F,  
Cj. Cabralzinho - Bairro Alvorada -  
Macapá -AP - CEP: 68.906-848

Telefone(s): (96) 3261-1904/8112-9263

Email: ar.gois@bo.com.br

  
Dra. Ivete Lúcia Franco Gei

Promotora de Justiça/Secretária-Geral MP/AP